

# Contra-ataque oficial

Mantega, a mando de Dilma, diz que há margem de lucro para bancos privados cortarem juros

Gustavo Miranda / 25-10-2011

Martha Beck  
marthavb@bsb.oglobo.com.br  
Geraldina Doca  
geraldina@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA e SÃO PAULO

Irritada com a postura dos bancos privados de jogar para o governo a responsabilidade de trabalhar pela redução dos *spreads* bancários no país, a presidente Dilma Rousseff mandou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reagir à altura. Assim que chegou ao ministério ontem pela manhã, ele disparou contra o setor. Disse que as instituições têm margens de lucro elevadas e não precisam de ações do governo para reduzir o custo dos financiamentos e aumentar a oferta de crédito no país. Em 2011, os 25 maiores bancos brasileiros lucraram R\$ 49,4 bilhões, o melhor resultado entre todos os setores econômicos.

— Querem jogar a conta nas costas do governo — disse o ministro.

O tom do discurso foi bem diferente do adotado pelo próprio Mantega em reunião com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) no início da semana, quando o governo recebeu uma lista com 23 demandas do setor e se comprometeu a estudar algumas delas, como melhorar as condições para que o Cadastro Positivo deslanche e flexibilizar as garantias de empréstimos.

— O Murilo Portugal (presidente da Febraban) esteve aqui outro dia e, em vez de trazer soluções anunciando aumento de crédito, ele veio aqui para fazer cobranças. Se os bancos estão tão lucrativos, eles têm margem sim para reduzir as taxas e aumentar o volume de crédito — disse o ministro. — O go-



O MINISTRO Guido Mantega reclamou que a Febraban, em vez de trazer soluções para os juros, foi fazer cobranças

verno trabalha permanentemente numa agenda positiva para melhorar as condições e aumentar a segurança do crédito. Independentemente disso, os bancos toda hora cobram mais segurança e medidas. Mas eles têm margem para aumentar o crédito neste momento e é necessário que isso seja feito sem mexer em nada.

Logo após a reunião com a Febra-

ban, a equipe econômica já havia começado a trabalhar em ações pedidas pelos bancos, até porque reconheceu que são positivas para as instituições públicas. Diante da irritação de Dilma, os técnicos agora não têm certeza de quando ou se as medidas sairão do papel. Segundo interlocutores, Dilma teria ficado particularmente irritada com as declarações de Portugal após a reu-

nião, porque ele não manifestou qualquer esforço do setor para ampliar o crédito ou reduzir os juros, e chegou a cobrar dívida de R\$ 300 milhões que a Receita Federal teria com os bancos.

Ao sair da reunião, disse que “a bola agora está com o governo”, ao se referir a um novo encontro para tratar do assunto. Segundo técnicos da área econômica, o governo não chamará mais

os bancos para negociar. Vai preparar as medidas e deixá-las sobre a mesa. Entre elas, estão mudanças nas regras do consignado para os trabalhadores das empresas privadas e a autorização para a consignação direta entre o banco que detém a folha de pagamento e o cliente, dispensando a intermediação da empresa ou do sindicato.

As declarações de Mantega surpreenderam e irritaram o presidente da Febraban, segundo fontes do setor. Portugal acreditava que uma ponte havia sido criada com o governo para tratar da agenda do *spread*. Ontem, segundo fontes, depois de ouvir as declarações do ministro Mantega, Portugal ligou para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para tentar desfazer o que considerou um mal-entendido.

— Até agora, ele (Portugal) acreditava que o encontro havia sido positivo — afirmou um interlocutor.

Pela manhã, Mantega destacou que a economia tem tido um bom desempenho e que não há razão para que o *spread* seja o maior do mundo.

— Os bancos privados não estão liberando crédito e estão cobrando *spreads* muito elevados. Bancos captam a 9,75% e emprestam a 30%, 40%, 50%, 80% ao ano dependendo das linhas de crédito.

O HSBC anunciou ontem redução dos juros. Foi a primeira instituição privada a cortar suas taxas, depois de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A taxa mínima do crédito pessoal caiu de 2,45% para 1,99% ao mês. O juro cobrado no cheque especial ficará entre 1,39% e 9,98% ao mês. A do crédito pessoal vai até 5,93%.